

O imaginário social da fundação de Fortaleza: fatos, marcos e personagens

The social imaginary of the foundation of Fortaleza:
facts, spatial marcs and figures

Wellington Ricardo Nogueira Maciel*

RESUMO: Este artigo objetiva analisar os debates em torno do que se pode chamar imaginário social da fundação de Fortaleza. Considerar este imaginário pressupõe lembrar a maneira como em determinados contextos históricos as narrativas mobilizam fatos e acontecimentos da história da Cidade. Do ponto de vista metodológico, os discursos de especialistas, gestores e técnicos serão tomados como veículos de significados coletivos e instâncias produtoras de verdades sobre os espaços da cidade. Com base nisso, considero, aqui, o imaginário social como um viés analítico no campo das Ciências Sociais capaz de problematizar a oposição comumente feita entre “representação” e “realidade”. Tomar o espaço urbano como campo de produção de imaginários sociais significa ainda considerar as especificidades com que a cidade é evocada nos discursos, como a instituição de marcos espaciais. Decorre daí que a urbe não é apreendida pelos discursos de forma universal, mas sobressaem neles alusões a determinados bairros capazes de sintetizar expectativas e valores coletivos. Abre-se com isso a possibilidade de apreendê-la como um campo de disputas simbólicas.

Palavras-chave:
Imaginário social,
fundação de
Fortaleza, espaço
urbano.

I ntrodução

Fortaleza parece se constituir num bom exemplo quando se trata de investigar os modos como promessas urbanas feitas em torno do seu nome foram se configurando em formas recorrentes de expressão de anseios e de dúvidas quanto a sua condição urbana sendo, contudo, ressignificados em momentos distintos de sua história. Proponho-me neste artigo analisar aspectos

diferentes desse imaginário social que perpassa os debates sobre a *fundação* de Fortaleza. Uma via de acesso possível a esta forma de imaginário urbano é tomar os sentidos por meio dos quais os significados atribuídos à expressão *fundação* foram sendo ressemantizados em contextos históricos particulares.

Do ponto de vista metodológico, os discursos serão tomados como veículos de significados coletivos e instâncias produtoras de verdades (FOUCAULT, 2008) sobre os espaços da cidade. Nessa perspectiva, serão consideradas as relações entre saber e poder e as maneiras como os bairros da cidade são investidos de sentidos identitários. Nessa ótica, os discursos veiculam uma verdade sobre uma ordem almejada da cidade.

Com base nisso, tomo aqui o imaginário social como um viés analítico no campo das Ciências Sociais capaz de problematizar a oposição comumente feita entre “representação” e “realidade” nos debates sobre o urbano. Tomar as imagens e representações como constituintes do “real” não significa considerá-las mais ou menos “reais” em relação àquilo a que elas parecem se referir. Significa, ao contrário, um outro modo de indagar sobre a “realidade” das coisas e de tornar mais complexo o modo como ela é expressa.

Tomar a cidade como campo de produção de imaginários sociais significa, também, considerar as especificidades com que a cidade é evocada nos discursos, como a seleção/classificação dos seus marcos espaciais. Decorre daí que a cidade não é apreendida pelos discursos de forma universal, mas sobressaem neles alusões a determinados bairros capazes de sintetizar expectativas e valores coletivos. Abre-se com isso a possibilidade de apreender a cidade como um campo de disputas simbólicas (BOURDIEU, 2008) como a que será tentada aqui quando for abordado o imaginário da *fundação* de Fortaleza e as visões de cidade que a partir daí são vislumbradas.

Para operacionalizar as breves questões teórico-metodológicas expostas, tomarei como material empírico os discursos produzidos durante os debates recentes acerca da proposta de mudança da data de *fundação* de Fortaleza presentes nas sessões especiais reservadas ao assunto na Câmara Municipal de Fortaleza. Nesses debates vários fatos, marcos e personagens considerados centrais da história de Fortaleza foram mobilizados, resultando em conjuntos de imagens densas de representações em conflito a respeito das identidades urbanas conferidas aos bairros de Fortaleza, em particular, ao bairro Barra do Ceará, no litoral oeste, e ao Centro histórico, bairro onde os holandeses levantaram um forte para a proteção do litoral da Cidade contra invasões estrangeiras.

Historicamente, as cidades foram tomadas como materializações de desejos e anseios de homens e mulheres dedicados ao trabalho de construir, por meio de atos concretos obras que pudessem sintetizar expectativas e valores coletivos. Embora muitas dessas propostas de dar vida às formas sonhadas não tenham sido realizadas, parece correto afirmar que mesmo assim não deixaram de ser tomadas como quadro mental de julgamento e apreciação da realidade existente, passando a servir de medida da realidade e de possibilidade de superação dos problemas colocados pelo estado concreto das coisas a cada momento das sociedades.

As narrativas e práticas voltadas para instaurar a fundação de Fortaleza serão tomadas aqui ainda como veículos de produção de significados culturais criados para enfrentar os problemas que o cotidiano da Cidade elege como obstáculo a ser superado a cada momento singular de sua condição urbana.

De par com essa hipótese, escolhi aqui não seguir uma espécie de história linear de Fortaleza, narrando fatos e acontecimentos pretensamente inaugurais e objetivos da Cidade, mas optei em considerar as narrativas sobre a Cidade como fins em si mesmos, ou seja, estruturas de classificação simbólica que organizam os mais variados aspectos da história da cidade como problema, tomando-os só a partir daí como via possível de acesso a este imaginário particular objeto deste artigo.

Para buscar compreender como uma cidade imagina sua fundação parece ser útil proceder à forma como ela produz socialmente problemas que devem ser superados a fim de que uma nova realidade seja instaurada. Nesse sentido, os discursos de técnicos governamentais, políticos, especialistas em urbanismo, turismólogos, jornalistas, moradores dentre outros concorrem para produzir a existência social de problemas que as promessas de cidade podem vir a superar.

Fortaleza parece ter produzido seus problemas sempre tendo em vistas as soluções possíveis. A própria localização de implantação da Cidade foi sendo interpretada pelo discurso especializado como um problema a ser resolvido pela Cidade futura. Esse problema fundante, o problema da origem da Cidade, parece constituir-se solo fértil de onde tem vindo brotar outras expectativas coletivas a respeito do futuro da Cidade que a cada momento são criadas e ressignificadas.

Com isso, pretendo argumentar que ao lado da produção da existência social de problemas está a produção da localização espacial das soluções possíveis que a cidade se coloca historicamente para eles a fim de alcançar a condição urbana desejada. Nesse sentido, sobressaem nas narrativas à referência a determinados referentes espaciais que a cada etapa da relação problema/

solução parecem condensar as expectativas e valores coletivos em disputa acerca da cidade que se deseja construir. Antes de abordar as especificidades do imaginário urbano de que trata este trabalho, discutirei o lugar que tem vindo ocupar os estudos sobre o imaginário social no âmbito das Ciências Sociais.

O lugar do imaginário social nas ciências sociais

Ao se falar em imaginário social como campo recente de pesquisa nas Ciências Sociais, não se deve esquecer a longa tradição dedicada a este tema no âmbito do pensamento social clássico e contemporâneo, nem o lugar que ele veio a ocupar nas suas formulações. As discussões de Marx sobre as possibilidades de mudanças materiais revolucionárias da sociedade estavam condicionadas às mudanças nas formas de representação e da consciência, que sob o capitalismo apresentava-se em sua forma alienada. Durkheim, embora não conecte diretamente o estado da consciência à forma material assumido pelo mundo da produção, não deixou de assegurar que aquela expressava a natureza da morfologia social. E Weber não se eximiu por sua vez de observar que as formas de legitimidade eram subjetivações de ordem sociais mais amplas.

Essas formulações iniciais do que se pode denominar de imaginário social entre os clássicos foram reapropriadas contemporaneamente por autores mais dedicados ao trabalho de síntese teórica na Sociologia. Ao tentar dar um novo tratamento à longa tradição da questão indivíduo/sociedade, esses autores abriram novos caminhos de investigação social (cito em particular Giddens (2009) e Bourdieu (2009) com seus estudos sobre estrutura/ação/agência). O que sobressai nesses estudos é o peso maior dado às imagens e representações simbólicas produzidos pelos/nos processos de interação social. A oposição entre “realidade” e “representação” realizada inicialmente pelo pensamento cartesiano recebeu aqui sua maior crítica.

Contudo, será com o trabalho fundador de Karl Mannheim sobre ideologia e utopia que a abordagem sobre o imaginário social dará um grande salto de qualidade. Ao partir do pressuposto de que o mundo social é um espaço de conflito entre aspirações utópicas e pensamentos conservadores, Mannheim abriu um novo enfoque analítico para as relações entre imaginário e “realidade”. Ele estava preocupado em entender de que maneira o pensamento poderia conduzir a certas formas de práxis social, resultando daí seu interesse pelos conflitos entre “pensamentos”.

Mas é nos trabalhos de Gilbert Durand (2002) e Cornelius Castoriadis (2000), combinando Psicanálise e Ciências Sociais, que a abordagem conferida ao imaginário social no âmbito destas últimas irá operar sua crítica mais radical

à dualidade imaginário/realidade. Afirmando a necessidade de conferir realidade às formas “irracionais” de produção de sentidos à vida social, estes autores passarão a atribuir um outro estatuto analítico às sensibilidades coletivas de uma dada formação sócio-histórica. Para estes autores, a vida não é regida apenas por processos cognitivos racionais capazes de levar os agentes a escolhas conscientes e calculadas.

De acordo com eles, o lugar comum até então atribuído ao imaginário (lugar da alienação, do irracional, do enganador, do falso etc.) ignora o papel assumido pelas imagens e representações no mundo empírico. O que esses teóricos realizam é um esforço em dedicar um lugar na realidade às representações do real. Com isso, partem do pressuposto de que além de *homo rationalis* somos também *homo imaginans* (LEGROS, 2007).

Durand (2002, p.14-15), por exemplo, irá afirmar que o imaginário social compreende “o conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens*.” Partindo da hipótese de que existem “arquétipos fundamentais da existência humana”, universais no tempo e no espaço, o autor busca investigar a maneira como essas estruturas mentais coletivas originais influenciam as tomadas de decisões na sua maior parte não expressamente observadas pelos sujeitos históricos. Já para Castoriadis (2000), o imaginário compreende a imaginação produtiva ou criadora, sistemas de significações, significados e significantes criados por cada sociedade no ato de fazer a história.

Portanto, decorre daí que as ações no mundo não resultam apenas de tomadas de decisões racionais e de vontades conscientes sobre os imponderáveis da vida. Em muitos projetos políticos ditos revolucionários, como observa Castoriadis (mas também Bourdieu), as “condições” mentais podem contribuir para produzir o inesperado, ou seja, de força motora das transformações pode vir a tornar-se fator de manutenção da “realidade” daquilo que oprime.

Nessa perspectiva, há um conjunto inconsciente de classificações do mundo (categorias de dominação, portanto, de naturalização do mundo, na perspectiva bourdiesiana), difícil de localizar, mas que parece emprestar aos sujeitos esquemas mentais anteriores de classificação das coisas. Como lembra Girardet (1987), essa classificação no caso dos mitos políticos compreende a recorrência de imagens míticas conferidas a certos personagens ao longo dos tempos, evocados e acionados em momentos específicos da história de cada sociedade.

Da mesma forma, embora partindo de exemplos de sociedades diferentes, Geertz (1997) lembra que as cerimônias e rituais políticos concorrem para

fixar uma classificação desejada, mas não apenas expressamente colocada pelos sujeitos, do mundo e das coisas. Partindo da análise dos cerimoniais do poder em sociedades tão diferentes como Marrocos, Grã-Bretanha e Indonésia, Geertz discute como o “centro” é apropriado em ocasiões excepcionais. Lugar de glorificação e de legitimação face aos súditos, portanto, um espaço moral, o “centro” concentra as energias sociais capazes de atribuir realidade às pessoas no mundo além de operar uma classificação simbólica desse mesmo mundo.

O que essas perspectivas analíticas sobre o imaginário social parecem sugerir é a necessidade de conferir maior autonomia aos processos de construção mítica da “realidade”. Não opondo razão às sensibilidades coletivas inconscientes, o que esses estudos revelam é que se deve dedicar um lugar novo aos conjuntos de representações e imagens tomados para análise no âmbito das Ciências Sociais, que a cada época são mobilizadas pelos sujeitos concretos para expressar anseios, desejos e inquietações face à “realidade”. Porque a “realidade” parece assumir antes de qualquer coisa perante aos sujeitos uma “realidade imaginária”, é que ela aparece como maneira de expressar problemas que a existência social lhes coloca como possibilidade de superação.

Apesar das contribuições dos clássicos e dos contemporâneos acerca do lugar conferido ao imaginário social para o entendimento dos processos sociais e do aparente consenso sobre esse papel, seu objeto de estudo parece ser uma questão ainda não resolvida nas Ciências Sociais. Como afirma Legros et ali (2007, p.9),

a sociologia do imaginário não é um campo específico da sociologia definido por um objeto, como é o caso da sociologia urbana, do trabalho, da religião, da educação etc. Ela é um ponto de vista sobre o social: ela se interessa pela dimensão imaginária de todas as atividades humanas.

A partir da antropologia hermenêutica de Geertz, poderia dizer que a sociologia do imaginário é um ponto de vista de outros pontos de vistas sobre as atividades humanas. Isso porque ela se interessa por aquele aspecto social que caracteriza todas as sociedades: a busca em atribuir sentido ao mundo e as coisas do mundo.

Nesse sentido, sem negar o lado racional dessas atividades, essa jovem ciência se interessa por captar as concepções de mundo expressas nos mitos, na religião e na ciência, capazes de conferir sentido à “deriva social”. É com

base nesse esforço aparentemente irrealizável de busca em tentar definir o objeto de estudo privilegiado desse campo de estudos que se pode falar em imaginário social urbano.

Especificidades do imaginário urbano

Ao falar em imaginário urbano, busco delimitar aquele setor de estudos dedicados às maneiras como o espaço urbano foi sendo investido de expectativas e promessas a cada momento específico das sociedades. Com isso, posso encontrar nas narrativas que tomam o espaço urbano como *lócus* do imaginário social referências à origem nobre ou guerreira das cidades e as possibilidades futuras que parecem já estar inscritas desde seu nascimento. (FREITAG, 2002)

Desde a antiguidade clássica, a cidade tem sido enfocada a partir de diferentes olhares e representações. O discurso técnico foi uma das primeiras áreas do conhecimento a buscar respostas para as questões relativas ao cotidiano urbano, dando seu testemunho sobre as diferentes perspectivas pelas quais o homem tem avaliado a cidade ao longo da história.

Nessa perspectiva, tomar o discurso especializado que trata da cidade como uma das muitas possibilidades de acesso ao “fenômeno urbano” significa optar pela interpretação das narrativas autorizadas do urbano. Esse discurso evoca nomes, datas e acontecimentos de um passado citadino remoto construído imaginariamente muitas vezes com vistas (não expresso apenas racionalmente pelos sujeitos) a traçar caminhos mais curtos e menos incertos para a concretização dos horizontes visualizados para cada situação urbana concreta.

Dessa forma, quando falo em espaço urbano como campo possível do imaginário social, dou ênfase aqui à forma como monumentos, edificações e traçados urbanos são significativos para expressar experiências coletivas compartilhadas. Para além da sua materialidade bruta, o que esses referentes espaciais parecem possuir é uma capacidade de cristalizar energias sociais que sintetizam sentidos, vivências e valores coletivos.

Como observa Pesavento (1999, p.10),

cidade-problema, cidade-representação, cidade-plural, cidade-metáfora (...) A cidade não é simplesmente um fato, uma dado colocado pela concretude da vida, mas como objeto de análise e tema de reflexão, ela é construída

como desafio e, como tal, objeto de questionamento (...) capaz de conferir e resgatar sensibilidades aos cenários citadinos, às ruas e formas arquitetônicas, aos seus personagens e às sociabilidades que nesse espaço têm lugar. Há, pois, uma realidade material – da cidade construída pelos homens, que traz as marcas da ação social. É o que chamamos cidade de pedra, erguida e recriada através dos tempos, derrubada e transformada em sua forma e traçado.

Tomar os debates em torno do que se pode chamar de imaginário da fundação de Fortaleza me possibilita adentrar num universo mental carregado de promessas e expectativas coletivas. Considerar esse imaginário específico pressupõe lembrar ainda a maneira como em determinados contextos históricos as narrativas, além de tecer sentidos distintos aos espaços, mobilizam fatos e acontecimentos da história da Cidade.

O imaginário social de Fortaleza ontem e hoje

Até meados da década de 1940 era tido como dado o fato conhecidamente romanceado por José de Alencar, no seu livro *Iracema*, de ter sido Martim Soares Moreno o fundador de Fortaleza e, conseqüentemente, do Ceará. O primeiro cronista a contestar tal ato fundador foi Raimundo Girão (1961; 1982), que na mesma década publica o livro *Cidade de Fortaleza* onde inicia a defesa da tese segundo a qual teria sido o holandês Matias Beck o verdadeiro fundador da Cidade às margens do riacho Pajeú. Outros livros posteriores do mesmo cronista tratariam do mesmo assunto: *Matias Beck – Fundador de Fortaleza*, de 1961 e *Cidade do Pajeú*, de 1982. Mas é na década de 1960 que os ânimos a respeito da “polêmica” ganham dimensões mais amplas envolvendo os nomes dos cronistas Raimundo Girão e Ismael Pordeus. Atrelado aos “morenistas” e “beckistas” (forma como passaram a ser designadas as correntes que tinham como principais representantes os defensores do primado de Soares Moreno e de Matias Beck sobre a fundação de Fortaleza respectivamente) um conjunto de datas, acontecimentos e edificações foram se juntando para compor um quadro mental de expressão de expectativas sobre a condição urbana da Cidade que as imagens acionadas de ambos os lados buscavam veicular (FURTADO FILHO, 2002).

Dessa forma, era conferido a Soares Moreno a reconstrução, em 1611, da fortificação que o açoriano Pero Coelho teria erguido em 1603, passando de fortim de Santiago para fortaleza de São Sebastião, e a ter feito posteriormente a delimitação do litoral de Fortaleza, indo do bairro Barra do Ceará até o

bairro Mucuripe, ambos na orla marítima da Cidade; do lado de Matias Beck era atribuída a construção do Forte Schoonenborch, em 1649, nome dado em homenagem ao então governador de Pernambuco.

Além dessas oposições principais acerca do bairro que teria dado origem a Cidade, as correntes eram situadas também em relação à orientação religiosa e à simpatia da imprensa local por um ou outro dos “fundadores”: em torno do nome de Soares Moreno foram reunidos, nesse sentido, os católicos e o jornal O Nordeste; do lado de Matias Beck estavam reunidos os “protestantes” e o jornal Unitário. Os jornais nos primeiros anos da década de 1960 passaram então a marcar terreno sobre o assunto.

Ismael Pordeus, em um dos artigos da série “Origens de Fortaleza”, publicados em O Nordeste, no ano de 1962, afirmava convictamente sobre o pioneirismo de Soares Moreno e os fundamentos da Cidade:

Escolhido o local apropriado da fundação da nova colônia, Martim Soares Moreno deu começo a fundação de uma Igreja sob a invocação de N. S. do Amparo, e ao mesmo tempo a de um forte, obras estas que avultaram em poucos dias de trabalho, pelo auxílio que lhe prestou o chefe Jacaúna o qual apenas soube de sua chegada, e do objeto da sua empresa, veio com sua tribo e estabeleceu a sua aldeia no sítio onde se achava Martim Soares. Assim ficaram lançados os fundamentos da hoje cidade de Fortaleza capital do Ceará.

Em 1961, uma descoberta iria ser acionada como mais uma prova material a endoçar o argumento “morenista”. Com o achado de balas de canhão na Barra do Ceará, no morro de Santiago, urgia que fosse composta uma equipe técnica para averiguar a veracidade do material e em seguida comprovar a verdade “morenista”. Nesse momento, por parte dos “beckistas”, Raimundo Girão é nomeado Secretário de Urbanismo durante a gestão do prefeito Cordeiro Neto (1959-1963) e passa a propor a mudança do nome de algumas ruas de Fortaleza em homenagem aos personagens e datas em referência à “fundação” da Cidade. Não obteve sucesso.

Num artigo do jornal Unitário, de 1962, que marca a entrada do folclorista Câmara Cascudo na “polêmica”, é possível visualizar a dimensão dos debates alcançados em torno do lugar simbólico conferido aos bairros de Fortaleza. Nele, o autor liga a existência de um forte ao surgimento inicial de Fortaleza.

Para mim o forte Schoonenborch é a velocidade inicial de Fortaleza. O fortim de Pero Coelho de Souza em 1603, a aldeia de São Lourenço do Padre Figueira em 1608, o forte de São Sebastião de Martim Soares Moreno em 1612, encerram o ciclo histórico, topográfico e especificamente distintos da fundação de Matias Beck na duna Marajaitiba, com o Schoonenborch em 1649. Entre os dois núcleos não existe a continuidade funcional indispensável à unidade histórica (FURTADO FILHO, 2002, p.54-55).

A discussão a respeito da data de fundação de Fortaleza teria vários outros desdobramentos até iniciar a década de 1990, quando é proposta a instituição oficial de uma data no calendário municipal reservada ao aniversário da Cidade. Coube ao vereador Idalmir Feitosa (PSDB) a criação do projeto de lei 7573, de 16 de junho de 1994, instituindo a data de 13 de abril de 1726 como marco oficial. Contudo, após descobertas arqueológicas por parte do historiador Adauto Leitão, em novembro de 2007, de novos vestígios da fortificação de Santiago que existiu na Barra do Ceará, erguida no século XVII, no morro de Santiago, um novo embate de idéias iria tomar conta num breve intervalo de tempo do noticiário dos jornais locais, além de movimentar boa parte de especialistas e estudiosos da cidade de Fortaleza.

O novo projeto, também de autoria do vereador Idalmir Feitosa, assinado juntamente com o presidente da Câmara vereador Tin Gomes, propunha a “mudança da data de fixação de que trata a fundação de Fortaleza”. Duas audiências públicas e uma sessão plenária na Câmara foram agendadas com o intuito de discutir as propostas para a Cidade.

Após votação de 32 vereadores contra uma abstenção em votação na primeira audiência a favor da mudança de data, foi sugerida à Mesa Diretora da Câmara uma segunda audiência a ser realizada no dia 10 de novembro de 2008, um dia antes da votação definitiva em sessão plenária, agora com a presença de várias entidades e pesquisadores.

Contando com a presença do Instituto Histórico do Ceará, representado pelo Prof. Liberal de Castro, arquiteto renomado da Cidade, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, professores do departamento de História da Universidade Federal do Ceará-UFC, da coordenadora de patrimônio histórico da Secretária de Cultura da Prefeitura de Fortaleza, além de vereadores e de outros estudiosos, a audiência se constituiu num espaço de disputas em torno da Cidade que se queria forjar.

A “cidade do futuro”, o futuro da cidade: Fortaleza em disputa

Como lembra Robert Darnton (1986), as estruturas mentais coletivas são acionadas a cada momento histórico para dar sentido ao mundo. É nas ocasiões em que esse mundo é colocado à prova que as sensibilidades coletivas buscam restituir os sentidos possíveis da ordem das coisas no mundo. Contudo, mais importante que atentar para os objetos da narração, lembra o autor, o que mais importa é adentrar no modo como a narrativa é construída. Nessa perspectiva, os narradores que tomam a “fundação” de Fortaleza como problema acionam espaços, datas e acontecimentos além de propriedades linguísticas disponíveis para compor uma quadro mental e uma verdade acerca da realidade desejada para a Cidade.

As observações de Bárbara Freitag (2002) sobre as origens das cidades parecem se complementarem nesse sentido às premissas de Darnton. Segundo a autora, baseando-se em Lewis Mumford, dentre as várias narrativas em torno da origem das cidades está aquela que afirma terem sido as mulheres as verdadeiras fundadoras e que a cidade dos mortos (acrópole) teria antecedido a cidade dos vivos (polis). À origem das cidades é atribuída uma certa ordem do mundo e das coisas que em alguns casos pode assumir a forma de denúncia, de exaltação ou até de simples diagnóstico da realidade. No caso de Fortaleza, as narrativas buscam instituir, dentre outras coisas, uma verdade sobre a natureza de sua condição urbana, ambas variáveis historicamente.

É recorrente nos discursos de técnicos, historiadores, políticos e representantes do Estado, nos debates recentes sobre a fundação de Fortaleza, a busca pela construção de verdades acerca da condição urbana de Fortaleza. Os “regimes de verdades” acionados nessa ocasião mobilizam diversos recursos disponíveis a fim de organizar o espaço urbano de Fortaleza e a atribuir a cada bairro certa ordem na Cidade.

Na abertura da audiência pública de 10 de novembro, na Câmara Municipal de Fortaleza, foi dada ao arquiteto Liberal de Castro a incumbência de proferir uma palestra sobre as origens de Fortaleza, em contraponto à tese do historiador Aduino Leitão, acerca de ter sido a origem da Cidade na Barra do Ceará. Acionando termos técnicos da arquitetura e condições geográficas gerais para a origem das cidades, ele assinala a anterioridade dos “fatores materiais de desenvolvimento” de uma cidade.

Na verdade, o sítio, o local onde a cidade se implanta tem uma conseqüência direta na sua forma urbana. O

sítio é quem molda, o que diz o que é a cidade. No caso fortalezense havia várias hipóteses de se localizar a cidade, desde o Paracuru, o Pecém, depois eles ocuparam a Barra do Ceará, o Mucuripe. Todos esses lugares foram vistos em função da situação (...) Quer dizer a cidade materialmente existente é fruto do sítio urbano onde ela se localiza por intervenções várias (...) As pessoas criam mitos como se fossem verdades. Esses portugueses vinham, procuravam o local, depois mudavam em função das propriedades que realmente queriam desenvolver para estabelecer uma formação urbana.

O surgimento de Fortaleza parece ter resultado de um acaso das circunstâncias, o que resultaria na suspeita acerca até das intenções dos colonizadores em querer fundar uma cidade.

Em Fortaleza foram feitas várias tentativas. Ninguém sabe ao certo quantas. Mas não eram tentativas de fazer uma cidade. Eram tentativas de fazer domínio territorial, uma espécie de apoio para se saber depois o que se fazia. O fato deles dizerem que era uma cidade não quer dizer nada (...) Esses colonizadores exageravam em tudo. Produziam desenhos falsos, todas as coisas possíveis que a gente possa imaginar. As pessoas ignoram isso. Quando se fala em cidade não tem nada a ver com cidade (...) As cidades não são fundadas como se pensa, nem por heróis ou outra coisa. Elas vão se montando, montando, montando de acordo com princípios estruturais e aí sim, são os princípios estruturais portugueses de implantação urbana que prevaleceram em Fortaleza.

Diferentemente da década de 1960, quando as “polêmicas” a respeito da fundação de Fortaleza estavam restritas à pretensa autoria do ato original, o que dá especificidade à atual “polêmica” diz respeito ao lugar reservado nos debates ao “marco zero” da Cidade. Nesse sentido, são demarcadas posições entre aqueles que apontam ter sido o bairro do Centro histórico o marco inicial de expansão de Fortaleza em torno do forte de Nossa Senhora da Assunção em contraposição aos que defendem a anterioridade do bairro Barra do Ceará, a oeste, na periferia da Cidade, a partir da construção do forte de Santiago, em 1604, por Pero Coelho.

Para o defensor da tese do “revisão histórico”, como se auto-intitula o historiador Aduino Leitão, o “empreendimento” pioneiro de desbravamento de Pero Coelho na Barra do Ceará deve ser considerado o “marco zero” da Cidade:

O Dna de Fortaleza está na Barra do Ceará. E por muitas evidências se pode afirmar de maneira segura que à margem do Rio Ceará é a nossa gênese étnica e histórica. Na Barra temos vestígios arqueológicos das primeiras edificações, além de símbolos: o santuário da padroeira Nossa Senhora da Assunção e a própria origem do termo fortitudine. É uma condição exigente no século XXI tratar desse tema com uma postura equilibrada e madura em razão do bem maior da cidade: o resgate da sua memória. Não obstante, a falsa disputa do mérito territorial original entre os bairros da Barra versus Centro só cria desinformação nociva à sociedade, pois atende só a ‘preconceitos grupais’. Hoje, tanto o marco zero de Fortaleza da Barra do Ceará, ao Centro Histórico, à Aldeota clássica, estendendo-se a pós-moderna fazem parte do contexto de uma grande metrópole, já desenhada no século XVII por Pero Coelho e Martim Soares Moreno e que na sua realidade atual precisa ser vista com amplitude. A empresa pioneira do açoriano Pero Coelho de Souza plantou a semente do desenho territorial acima descrito.

Por outro lado, o arquiteto Liberal de Castro atribui um outro lugar à Barra do Ceará no contexto dos embates acerca do “marco zero” de fundação da Cidade.

Essa parte da Barra do Ceará teve vida efêmera. Ela dura apenas o tempo que aí esteve funcionando o forte de Santiago. Desaparece o forte do Pero Coelho e ninguém tem mais informação sobre ele. O Martin Soares Moreno ficou muito pouco tempo também. Depois os holandeses tomaram conta. Em 1637, quando eles abandonam o forte de São Sebastião, fica completamente abandonado. Os portugueses vão passar dezessete anos sem pisar no Ceará (...) Em 1649 já estava inviabilizada a Barra do Ceará como localização da cidade de Fortaleza. Há uma descontinuidade histórica e física imediata nisso (...) A Barra do Ceará desaparece em relação à cidade de Fortaleza (...) Essa é uma oportunidade já que está sendo gravado pela TV Câmara para a cidade de Fortaleza saber mais de si própria. A minha postura é uma postura mais intelectual do que de amor à cidade. Porque a cidade de Fortaleza pelas loucuras que faz não desperta amor em ninguém. Desperta é muita preocupação sobre seu destino.

Já para o arqueólogo da Universidade Federal de Pernambuco, Marcos Albuquerque, maior autoridade no Brasil em termos de escavações arqueológicas, encontrar com exatidão o lugar da “primeira edificação” de Fortaleza possui um aspecto significativo para a construção da sua identidade urbana:

Eu acho que Fortaleza precisa buscar sua historicidade, buscar sua história e conseqüentemente se entender de forma processual para digamos melhor administrar seu presente e seu futuro alicerçada no passado (...) Se uma pesquisa histórica apenas conduz às informações numa direção, a pesquisa arqueológica é extremamente pragmática: ela materializa a história (...) Se teve ou não fortificação na Barra do Ceará, só a pesquisa arqueológica poderá dizer.

Na opinião da coordenadora de patrimônio histórico da Secretaria de Cultura de Fortaleza, Ivone Cordeiro, diante da possibilidade da arqueologia certificar-se acerca da existência da fortificação do século XVII, caberá à Barra do Ceará um novo lugar no contexto histórico da cidade de Fortaleza:

O que está em jogo aqui é a discussão da memória da cidade de Fortaleza. E a primeira coisa que eu queria chamar a atenção é para o uso dessa palavra no singular. O que está em jogo são memórias diferenciadas, são possibilidades diferentes que nos colocam diante de uma discussão sobre o que é relevante efetivamente para a memória coletiva do fortalezense. E o que vai dar essa relevância? É aquilo que vai possibilitar uma maior identificação com essa experiência histórica (...) A carta régia de implantação da cidade de Fortaleza é 13 de abril de 1726. Quando se fala de municipalidade essa é a data (...) A Barra do Ceará vai ter seu lugar nesse processo. Ela vai ter seu lugar na história de Fortaleza muito melhor qualificado. Se não for marco zero o que importa é a experiência humana que construiu essa cidade.

Ao falar sobre a importância de um marco e de uma data para a Cidade, o deputado Artur Bruno (PT) lembra da importância que pode vir a ter o fato de se envelhecer uma cidade:

A data de Fortaleza tem que ser a data do marco zero (...) Foi a partir daí que Fortaleza veio a se tornar município, depois cidade e a partir desse marco zero temos que ter essa data como a data da cidade (...) Eu sou daqueles que acho que uma data é importante para uma cidade. É importante para o turismo da cidade, para a identidade da cidade, para o desenvolvimento econômico da cidade. Quando alguém visita Fortaleza, ele quer saber quando foi a origem da cidade, o que é que houve no início, como é que foi a ocupação portuguesa, como é que foi a ocupação holandesa, que foi breve mas de qualquer forma aconteceu.

O início da experiência urbana de Fortaleza é associado a um ato protocolar inaugural, uma medida político-administrativa de instituição da Cidade. Para o Liberal de Castro,

cidade é onde existe vida urbana. Os gregos e os romanos tinham duas expressões para dizer o que era cidade. Os gregos tinham uma palavra para a cidade material e outra para a cidade institucional (...) Os romanos tinham a palavra *urbes* e a palavra *civitas*, Uma era a cidade material e a outra a parte institucional. Então o que é que se faz em Fortaleza? Se comemora aqui a criação da *urbes*, a *polis fortalezense*. Ninguém sabe quando Fortaleza nasceu. A palavra fundação significa ‘colocar lá alguma coisa que vai nascer’. Ninguém sabe quando foi colocada a primeira pedra em Fortaleza e isso em outras cidade brasileiras também (...) Cidade naquela época é a cidade criada pelo rei. Ele faz a lei que faz a cidade. A cidade que é feita por parte de seus municípios ela ganhava o título de vila. Então nessa altura Fortaleza era uma vila e só depois é que ela vira cidade.

Considerações finais

Os debates recentes sobre a origem de Fortaleza para além de se esgotarem nas possíveis provas contrárias ou favoráveis acerca da verdade de sua fundação, parecem compor um aspecto de um quadro coletivo e mental duradouro de expressão daquilo que se espera que a Cidade possa vir a ser. Os discursos parecem buscar, dessa forma, situar a Cidade no tempo e no espaço, conferindo-lhe qualidades pretensamente atemporais que a cada momento parecem colocadas à prova.

Parece ser um traço característico presente nas narrativas que tratam da fundação de Fortaleza, como busquei demonstrar aqui, o questionamento sobre sua condição urbana. O recurso realizado aqui ao imaginário social da fundação de Fortaleza visa problematizar a maneira como a realidade das coisas é expressa pelos sujeitos históricos. Neste sentido, tomar o espaço urbano como objeto do imaginário de uma dada sociedade pode ser útil para se adentrar nas inquietações apontadas como problemas no cotidiano de uma cidade.

ABSTRACT: This article aims to analyze the debates to what may be called social imaginary of the foundation of Fortaleza. To consider this imaginary presupposes to remember the way how in certain historical contexts the narratives mobilize facts and events of the history of the city. From the methodological point of view, the discourses of specialists, managers and technicians will be taken as ways of collective meanings and productive instances of truth about the spaces of the city. Based on this, we take here, the social imaginary as an analytical bias in the field of social sciences able to come into question the opposition commonly done between "representation" and "reality". Taking the urban space as a production field of social imaginaries it still means to consider the peculiarities which the city is mentioned in the discourses, as an institution of spatial marks. It follows that the metropolis is not understood by the discourses in a universal manner; however come from them allusions to determined neighborhoods capable to synthesize expectations and collective values. So, it opens with it, the possibility of understanding it as a field of symbolic disputes.

Artigo

Recebido: 18/04/2013

Aprovado: 30/05/2013

Keywords: social imaginary, foundation of Fortaleza, urban space.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

_____. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHAVES FILHO, Eurípedes. O aniversário de Fortaleza: controvérsias e equívocos. Fortaleza: [s.n], 2008.

DARTON, Robert. O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DURANT, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FREITAG, Bárbara. Cidade dos homens. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

FURTADO FILHO, João Ernani. Soares Moreno e Matias Beck: inventário de uma polêmica nos escritos de Ismael Pordeus. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIRÃO, Raimundo. A cidade do Pajeú. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1982.

_____. Matias Beck: fundador de Fortaleza. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1961.

LEGROS, PATRICK. Sociologia do imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo. Fortaleza: imagens da cidade. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2004.

